



LEI Nº 013/2006-PGMP

**DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS E ESTABELECE MEDIDAS DE PROTEÇÃO E CONTROLE DA ICTIOFAUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O cidadão **Frank Luiz da Cunha Garcia**, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas no art. 65 da Lei Orgânica Municipal de Parintins.

Faz saber aos cidadãos de Parintins que a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada dia 10 de outubro de 2006, **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte,

## L E I

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - As pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam a pesca em águas territoriais do Município, exerçam atividades de aquicultura, ou a conservação, beneficiamento, processamento, transporte, comercialização de produtos delas decorrentes e investigação científica, observarão as disposições desta Lei.

**Art. 2º**- Para fins de gestão e manejo sustentável dos recursos pesqueiros através do órgão municipal competente, fica instituído o Serviço Municipal de Controle da Pesca e Aquicultura – (**Semcpesca**), integrante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – (SEDEMA).

**Parágrafo Único.** São instrumentos do (**Semcpesca**):

I – o licenciamento, os registros e cadastros pertinentes às atividades disciplinadas nesta Lei;

II – o controle da produção pesqueira a partir do desembarque de pescado.

### Seção I Dos Princípios e Diretrizes

**Art. 3º**- No exercício e no manejo das atividades de pesca, deverão ser assegurados o equilíbrio ecológico, a conservação dos organismos aquáticos e a capacidade de suporte dos ambientes de pesca, através dos seguintes princípios:

I – sustentabilidade;

II – preservação e conservação da biodiversidade;

III – cumprimento da função social e econômica da pesca.



**PARINTINS**  
pra viver e amar

Procuradoria Jurídica: Rua Herbert de Azevedo nº 1486 - Parintins- AM - CEP: 69.151-580  
E-MAIL: [procuradoria@jurupari.com.br](mailto:procuradoria@jurupari.com.br)

KAS

**Frank Luiz da Cunha Garcia**  
PREFEITO



**Art. 4º- São diretrizes da política municipal de pesca:**

I – disciplinar as formas e os métodos de exploração dos organismos aquáticos, bem como o controle dos procedimentos das atividades de pesca, resguardando-se aspectos culturais da pesca artesanal;

II – proteger a fauna, a flora aquática e os seus mecanismos de interação ecológica, de forma a garantir a reposição e perpetuação das espécies;

III – promover pesquisas para o aperfeiçoamento do manejo sustentável dos organismos aquáticos;

IV – incentivar e apoiar programas de educação das comunidades, objetivando capacitá-las para a participação ativa na defesa ambiental, com ênfase para a conservação dos organismos aquáticos e o seu manejo sustentável;

V – promover a implementação de medidas que conduzam a ações entre os usuários, no sentido da formulação de acordos que permitam a utilização sustentável do ambiente pesqueiro;

VI – incentivar o ecoturismo de pesca;

VII – estabelecer normas de reparação de danos a organismos e ambientes aquáticos.

VIII – incentivar as atividades de aquicultura;

VIX – promover a recuperação dos habitats aquáticos; e os recursos pesqueiros;

X – estabelecer o período de defeso diferenciado em conformidade com a época de reprodução, por região, por bacia hidrográfica;

XI – monitorar o desembarque pesqueiro;

**Art. 5º-** As atividades do beneficiamento, processamento, transporte, desembarque e comercialização não poderão contribuir para a degradação do meio ambiente, nem causar danos à saúde do consumidor.

**CAPÍTULO II  
DA PESCA E DA AQUICULTURA**

**Seção I  
Da Pesca**

**Art. 6º -** Pesca é toda operação ou ação destinada a retirar, colher, apanhar, extrair ou capturar organismos aquáticos na natureza, em qualquer de suas fases de desenvolvimento, constituídos pelos elementos da fauna e flora, susceptíveis ou não de aproveitamento econômico, que tem na água o seu mais freqüente meio de vida.







**Parágrafo Único.** Não poderão ser objeto de aproveitamento econômico, sob qualquer pretexto, as espécies em extinção ou ameaçadas de extinção.

**Art. 7º** - São as seguintes categorias de pesca:

I – comercial: exercida com finalidade comercial, por pescador profissional autorizado pelo órgão municipal competente;

II – desportiva: quando praticada na qualidade de competição promovida por entidades legalmente organizada, com autorização do órgão competente e de acordo com as normas por ele estabelecidas;

III – amadora: quando praticada com finalidade de lazer ou recreação, autorizada pelo órgão competente;

IV – de pesquisa científica: a exercida com finalidade de pesquisa científica por pescador especial ou pescador profissional contratado, autorizado pelo órgão municipal competente;

V – de subsistência: a exercida com finalidade de subsistência, por pescador artesanal que, desembarcado em barco a remo, utilize exclusivamente petrechos do tipo caniço simples, linha de mão e anzol.

VI – despesca: quando destinada à captura do produto da aquicultura para fins de comercialização e manejo.

§ 1º. A pesca desportiva será exercida nas modalidades desembarcada, embarcada e subaquática.

§ 2º. A pesca desportiva pelo sistema pesque-e-solte será regulamentada e avaliada pelo órgão municipal competente com vistas ao seu aperfeiçoamento e zoneamento.

§ 3º. Fica dispensado de autorização o pescador artesanal no exercício da pesca de subsistência.

## **Seção II** **Da Aquicultura**

**Art. 8º** - Aquicultura é o cultivo ou a criação de seres hidróbios para fins econômicos, científicos, ornamentais ou de recomposição de ambientes aquáticos degradados.

§ 1º. A pessoa física ou jurídica que se dedique a pratica da aquicultura denomina-se aquicultor.

§ 2º. A aquicultura é considerada atividade agropecuária.





**Art. 9º** - Em função de seus principais objetivos, as aqüiculturas são classificadas em:

I – aqüicultura de reprodução, destinada principalmente à reprodução e produção de formas jovens de organismos aquáticos;

II – aqüicultura de engorda, destinada principalmente à produção de pescado ou outros organismos aquáticos para consumo;

III – aqüicultura de ornamentação, destinada principalmente à produção de peixes e outros organismos aquáticos para ornamentação aquariófila.

**Art. 10** - Nos empreendimentos denominados pesque-e-pague, são classificados como parque de pesca.

**Parágrafo Único.** Entende-se por parque de pesca, os empreendimentos dotados de lago, açude ou equivalentes, formados por ação antrópica e, em cujas águas predominem peixes oriundos de reprodução em cativeiro, para a exploração desportiva.

**Art. 11** - As aqüiculturas e os parques de pesca somente poderão ser implantados ou funcionar após o licenciamento ambiental no órgão municipal competente.

**Parágrafo Único.** O Poder Executivo regulamentará os procedimentos para o licenciamento ambiental de aqüiculturas e de parques de pesca, levando em conta a necessidade de avaliação ambiental preliminar e do registro do aqüicultor.

**Art. 12** - O órgão municipal competente estabelecerá procedimentos adequados à manipulação genética, à produção, à venda e ao transportes de formas vivas de seres hidróbios.

**Art. 13** - A introdução de qualquer espécie alóctone em águas dominiais do Município, somente poderá ocorrer após autorização prévia do órgão municipal competente.

**Art. 14** - A limitação de que trata o artigo anterior não se aplica aos empreendimentos já instalados e autorizados pelo órgão municipal competente, para atuarem na produção de espécies alóctones, realizada com instalações em sistema fechado, destinando-se o produto exclusivamente à exportação.

**Art. 15** - A captura de reprodutores ou espécimes para retirada de hipófises dependerá de autorização especial, definida em regulamento.

§ 1º. É vedado o fornecimento de autorização a que se refere o “caput” deste artigo aos aqüicultores e/ou pescadores de outros estados.

§ 2º. É facultada a aquisição de espécimes vivos no âmbito do Município, na forma da Legislação em vigor.

§ 3º. A condução de organismos aquáticos vivos sujeita-se ao controle e expedição de documento específico, expedido pelo órgão municipal competente.



**PARINTINS**  
pra viver e amar

Procuradoria Jurídica: Rua Herbert de Azevedo nº 1486 - Parintins- AM - CEP: 69.151-580  
E-MAIL: [procuradoria@jurupari.com.br](mailto:procuradoria@jurupari.com.br)

KAS

Frank Luiz da Cunha Garcia  
PREFEITO





**Art. 16** - A regulamentação da presente Lei disporá sobre os produtos da aquicultura, a captura, o comércio e a criação de organismos aquáticos para utilização como iscas vivas ou espécies ornamentais.

**Art. 17** - O Poder Público deverá promover a desburocratização das atividades administrativas, no sentido de estimular o desenvolvimento da aquicultura para maior oferta de pescado, como forma de minimizar o incremento da pressão de pesca, através:

- I – da criação de estações de fomento;
- II – da criação de centros de treinamento e orientação;
- III – do incentivo à piscicultura, inclusive com diferenciação quanto ao preço de pauta do pescado em função de sua origem.

### **Seção III Das Proibições**

**Art. 18** - Fica proibida a pesca predatória.

§ 1º. Considera-se predatória a pesca:

- I – nos locais e épocas estabelecidos em Regulamento, para proteção dos fenômenos migratórios e/ou de reprodução de organismos aquáticos;
- II – em quantidades superiores à permitida;
- III – de espécie sob regime especial de proteção ou indivíduos com tamanhos inferiores aos permitidos;
- IV – em desacordo com o que dispuser o zoneamento de pesca;
- V – mediante a utilização de:
  - a) explosivos ou substâncias tóxicas;
  - b) aparelhos, petrechos, substâncias, técnicas e métodos não permitidos.
- VI - sem autorização ou licença do órgão municipal competente.

§ 2º. Excetuam-se das proibições previstas no inciso I, IV e VI do parágrafo primeiro deste artigo, os atos de pesca para fins científicos, de controle ou de manejo de espécies e a captura para a retirada de hipófises destinados à piscicultura, mediante licença especial expedida pelo órgão competente.

§ 3º. A proibição de que trata o inciso I, não se aplica à pesca de subsistência.



Procuradoria Jurídica: Rua Herbert de Azevedo nº 1486 - Parintins- AM - CEP: 69.151-580  
E-MAIL: [procuradoria@jurupari.com.br](mailto:procuradoria@jurupari.com.br)

**Frank Luiz da Cunha Garcia**  
PREFEITO



#### Seção IV Do Zoneamento da Pesca

**Art. 19** - O Poder Executivo estabelecerá o zoneamento da pesca no âmbito do Município, com vistas ao seu ordenamento e sustentabilidade.

§ 1º. A definição das épocas e locais para o exercício de cada uma das categorias e modalidades de pesca constará em calendário e mapas de fácil interpretação pelo cidadão comum, revisto a cada 3 (três) anos.

§ 2º. Definição de tonelagem da frota pesqueira para atividades de pesca em ambientes circunscritos ao Município de Parintins;

§ 3º. Definição de métodos, instrumentos de pesca, volume e forma de captura em ambientes pesqueiros do Município de Parintins;

§ 4º. O zoneamento de que trata o *caput* deste artigo será definido mediante estudo técnico, e com participação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Controle Ambiental – (CONDCAM), com base na sustentabilidade da pesca, da capacidade de suporte dos ambientes e nos aspectos culturais, turísticos, econômicos e ambientais.

§ 5º. Nas águas situadas em áreas indígenas a pesca somente poderá ser exercida pelos índios nelas residentes.

§ 6º. Os locais para o exercício da pesca científica e de pesquisa científica serão previamente avaliados pelo (Semcpesca), observada a necessária autorização do órgão indigenista competente quando em áreas indígenas.

§ 7º. Compete ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Controle Ambiental – (COMDCAM), aprovar os relatórios técnicos, elaborados por especialistas do órgão municipal competente, contendo os calendários de pesca e os mapas de zoneamento.

#### CAPÍTULO III DAS EMPRESAS PESQUEIRAS

**Art. 20** - Entende-se por Empresa Pesqueira a organização econômica que exerce atividades de captura, conservação, beneficiamento, transformação ou industrialização dos recursos pesqueiros.

**Parágrafo Único.** O procedimento de implantação e funcionamento de empresas pesqueiras será definido em regulamento que contemple a necessidade de avaliação ambiental preliminar através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – SEDEMA, por meio do Serviço Municipal da Pesca e Aquicultura – (Semcpesca).





#### **CAPÍTULO IV DAS EMBARCAÇÕES DE PESCA**

**Art. 21** - Embarcação de pesca é aquela que, registrada e autorizada, opera exclusivamente na captura, extração, conservação, beneficiamento, processamento, transporte ou pesquisas de recursos pesqueiros.

**Parágrafo Único** - As embarcações de pesca, das empresas pesqueiras, são consideradas bens de produção.

#### **CAPÍTULO V DAS LICENÇAS E REGISTROS**

**Art. 22** - Ficam obrigadas ao licenciamento, registro e autorização, as pessoas físicas e jurídicas que exercerem as atividades disciplinadas por esta Lei.

§ 1º. O licenciamento, registro e autorização a que se refere o *caput* serão concedidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (SEDEMA).

§ 2º. Autorização para pescador profissional será concedida por unidade hidrográfica.

§ 3º. A licença, autorização ou registro são concedidos por tempo determinado e podem ser suspensos ou cancelados, na hipótese de infração à Lei ou por motivo de interesse ecológico, a critério da autoridade competente.

§ 4º. Pode ser concedido a licença, autorização ou registro em caráter especial nos casos previstos em regulamento.

§ 5º. Autorização de pesca profissional será deferida aos maiores de dezoito anos.

§ 6º. O maior de quatorze anos e menor de dezoito anos, na condição de aprendiz mediante autorização do representante legal, poderá acompanhar o pescador profissional embarcado.

**Art. 23** - Os clubes e associações de pescadores amadores deverão registrar-se no órgão municipal competente.

**Art. 24** - Obriga-se ao registro a pessoa jurídica especializada na comercialização de aparelhos, petrechos ou equipamentos de pesca de uso controlado e a pessoa física ou jurídica que explore, comercialize, ou industrialize o produto da pesca ou da aquicultura.

§ 1º. Os estabelecimentos que comercializem o produto pronto para o consumo imediato, aí compreendido bares, restaurantes e similares, estão isentos de registro.





§ 2º. O registro será anualmente renovado, atendendo as disposições contidas no artigo 26 desta Lei.

§ 3º. Para a atividade de aquicultor, a renovação do registro será isenta do recolhimento dos emolumentos.

**Art. 25** - O órgão municipal competente definirá critérios e procedimentos para cada uma das categorias e modalidades instituídas por esta Lei.

**Art. 26** - O Poder Executivo, em decreto, fixará os emolumentos a serem cobrados para outorga de licença, autorização e registro.

## **CAPÍTULO VI DO DANO AOS ORGANISMOS AQUÁTICOS**

**Art. 27** - Constitui dano aos organismos aquáticos, toda ação ou omissão que lhes cause prejuízo direto ou através das alterações das propriedades físicas, químicas ou biológicas dos ecossistemas a que pertencem.

**Art. 28** - Sem prejuízo das penalidades cabíveis, o autor do dano fica obrigado à reparação ambiental.

## **CAPÍTULO VII DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 29** - A fiscalização das atividades pesqueiras será exercida por funcionários credenciados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente(SEDEMA) ou de outros órgãos, da União, dos Estados e dos Municípios através de convênios e incidirá sobre a captura, extração, guarda, conservação, transporte, transformação, beneficiamento, industrialização e comercialização bem como utilização de aparelhos, equipamentos, petrechos e veículos.

**Parágrafo Único.** Será objeto de fiscalização toda atividade que acarrete risco e/ou dano à fauna e à flora aquáticas.

**Art. 30** -A fiscalização dar-se-á, também, no interior das embarcações e nos estabelecimentos comerciais ou industriais não sujeitos à inspeção federal.

**Parágrafo Único.** Nos estabelecimentos sujeitos à inspeção federal, a fiscalização dar-se-á:

I – nas embarcações a eles atracadas;

II – no píer e trapiche antes de adentrarem ao referido estabelecimento.



**PARINTINS**  
pra viver e amar

Procuradoria Jurídica: Rua Herbert de Azevedo nº 1486 - Parintins- AM - CEP: 69.151-580  
E-MAIL [procuradoria@jurupari.com.br](mailto:procuradoria@jurupari.com.br)

*Frank Luiz da Cunha Garcia*  
PREFEITO





## CAPÍTULO VIII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 31** - Constitui infração, para os efeitos desta Lei, qualquer ação ou omissão que importe na inobservância dos seus preceitos, bem como aos regulamentos e demais medidas diretivas dela decorrentes.

**Art. 32** - Sem prejuízo das demais cominações estabelecidas em norma federal, aos infratores desta Lei aplicam-se as seguintes penalidades:

- I – multa, simples ou diária, de 100 (cem) a 10.000 (dez mil) (UFM);
- II – apreensão do produto ou subproduto da pesca e da aquicultura;
- III – apreensão de instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos de qualquer natureza e embarcações utilizados na infração;
- IV – interdição parcial ou total de estabelecimento, atividade ou empreendimento;
- V – suspensão de licença, autorização e registro;
- VI – cancelamento de licença, autorização e registro.

**Parágrafo Único.** As penalidades previstas neste artigo aplicam-se ao autor ou aquele que, de qualquer modo, concorra a prática do ilícito ou dela obtenha vantagem.

**Art. 33** - A infração ao disposto no inciso V do parágrafo primeiro do artigo 18º, será punida de acordo com os critérios.

I – ao pescador profissional, multa mínima de 100 (cem) (UFM), suspensão da atividade de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias, perda do produto da pescaria e dos petrechos proibidos, bem como apreensão dos demais equipamentos e veículos utilizados na infração pelo período em que decorrer a suspensão da atividade;

II – se empresa pesqueira, multa mínima de 1.000 (mil) (UFM), suspensão da atividade de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias, perda do produto da pescaria e dos aparelhos e petrechos proibidos, bem como apreensão dos demais equipamentos e veículos utilizados na infração pelo período de suspensão da atividade;

III – se pescador amador, multa mínima de 100 (cem) (UFM), perda do produto da pescaria, nos instrumentos e equipamentos utilizados na pesca, com liberação do veículo após quitação da multa arbitrada e transcorrido o período de proibição da pesca.

**Art. 34** - A infração ao disposto nos incisos I, II, III, IV e VI do artigo 18º, será punida com multa mínima de 100 (cem) (UFM), perda do produto da pescaria e dos aparelhos e petrechos proibidos, bem como apreensão dos demais equipamentos.

**Parágrafo Único.** Os petrechos, aparelhos, equipamentos permitidos e veículos apreendidos na forma deste artigo, serão restituídos após quitação da multa.







ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



**Art. 35** - Na reincidência, as multas, suspensões e interdições previstas nos artigos 33º e 34º desta Lei, serão aplicadas em dobro.

**Art. 36** - A infração às disposições desta Lei e seus regulamentos será objeto de formalização de processo administrativo, que tem como fundamento o auto de infração, constante de uma única peça, lavrado por autoridade competente e que conterá obrigatoriamente:

- I – qualificação do autuado;
- II – local, data e hora da lavratura;
- III – descrição do fato;
- IV – dispositivo legal infringido;
- V – indicação do prazo de defesa;
- VI – assinatura e identificação do agente fiscalizador;
- VII – ausência de rasuras, emendas e campos não preenchidos.

§ 1º. Os aparelhos, petrechos, equipamentos e instrumentos apreendidos na autuação, serão mantidos sob guarda do órgão municipal competente, até o encerramento do contencioso administrativo.

§ 2º. Os materiais apreendidos e não resgatados pelo infrator no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da autuação, reportar-se-ão abandonados, sujeitos à alienação.

§ 3º. Por ser perecível, o produto da pesca será doado às escolas públicas, entidades filantrópicas, instituições científicas, estabelecimentos penais ou à população de baixa renda.

§ 4º. O desvio de finalidade sujeitará à autoridade responsável às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

**Art. 37** - Decorrida a tramitação do contencioso administrativo, no órgão municipal competente, sem cumprimento da penalidade imposta, os autos serão encaminhados à Procuradoria Geral do Município – (PGM), para inscrição em dívida ativa.

## CAPÍTULO IX DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

**Art. 38** - O autuado terá prazo de 30 (trinta) dias para ingressar com recurso, dirigido ao Secretário Municipal de Meio Ambiente.

**Parágrafo Único.** Da decisão do Secretário caberá, em última instância, recurso para o Conselho Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Controle Ambiental – (COMDCAM), no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação.



**PARINTINS**  
pra viver e amar

Procuradoria Jurídica | Rua Herbert de Azevedo nº 1486 - Parintins- AM - CEP: 69.151-580  
E-MAIL: [procuradoria@jurupari.com.br](mailto:procuradoria@jurupari.com.br)

KAS

Frank Luiz da Cunha Garcia  
PREFEITO





## CAPÍTULO X DAS RECEITAS E SUAS APLICAÇÕES

**Art. 39** - Os recursos provenientes da aplicação das multas e dos emolumentos decorrentes desta Lei serão destinados ao custeio do (Semcpesca), fiscalização, pesquisa e programas de educação ambiental.

§ 1º. O pagamento da multa até o prazo do vencimento proporcionará desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor da multa.

## CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 40** - Para consecução dos objetivos desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convenio ou instrumento congênere com órgãos ou entidades governamentais ou não governamentais nacionais e estrangeiros.

**Art. 41** - Considera-se órgão competente, para efeitos desta Lei, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – (SEDEMA), ressalvada a competência do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Controle Ambiental – (COMDCAM).

**Art. 42** - Sem prejuízo das penalidades previstas nesta Lei, aplica-se aos infratores, subsidiariamente, o disposto na legislação em vigor.

**Art. 43** - O Poder Público Municipal através de seu órgão competente, ouvido o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Desenvolvimento e Controle Ambiental – (COMDCAM), poderá editar normas complementares à execução desta Lei e seu regulamento.

**Art. 44** - O Poder Executivo regulamentara esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua vigência.

**Art. 42** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas às disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARINTINS, 21 de novembro de 2006.



**Frank Luiz da Cunha Garcia**  
Prefeito Municipal de Parintins

